



Nº 115 / Abril / 2017



## O que significa vender o que não lhe pertence?

A Casan pertence ao povo de Santa Catarina. Mas esse fato incontestável parece não ser uma preocupação do governador Raimundo Colombo e nem da Odebrecht, a empresa que "não tem postado"

Os boatos de algum tempo atrás já antecipavam o que veio à tona com detalhes na delação premiada dos diretores da Odebrecht Ambiental, Fernando Cunha Reis e Paulo Roberto Welzel, revelando que todas as contribuições visaram à compra de 49% das ações da Casan pela Odebrecht. Informam que o governador chegou ao requinte de fazer aprovar emenda constitucional na Assembleia para viabilizar a participação da Odebrecht na Casan, que escapou por pouco de ter o seu desmonte patrocinado pelo próprio "governador de todos os catarinenses" em conluio com uma das empreiteiras que surge como uma das mais corruptas do país.

Fica então a perplexidade perante a desenvoltura com que as empreiteiras se movem para tentar prestar serviços públicos, com a aparente bênção dos governantes, para em seguida desmantelar algumas empresas com o objetivo de vender benefícios e facilidades a quem detém o poder e o utiliza em proveito próprio. A questão atual não fica restrita apenas ao governador e à Casan, mas também aos prefeitos de Imbituba e Navegantes, também citados nas delações em relação à Foz do Brasil, outra empresa da Odebrecht Ambiental.

A nota oficial, absolutamente protocolar, emitida pelo governo do Estado é um verdadeiro insulto aos catarinenses. A referida nota não contesta o conteúdo das delações ou nega o recebimento das contribuições via caixa 2 para as campanhas, apenas reitera que o governo não tem obra ou contrato com a Odebrecht.

O Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina (Senge-SC) há muito vem chamando a atenção para essa verdadeira relação simbiótica entre os entes que promovem o desmonte de serviços públicos para tentar ganhar oportunidades de negócios que, ao fim e ao cabo, são pagas pela população. Temos que reagir e mostrar aos governantes que eles são passageiros, as empresas estatais de serviço público são perenes, têm um compromisso histórico e inafastável com a comunidade. Os que não honram esse compromisso e – pior – buscam o benefício próprio em detrimento de quem os elegeu agora precisam enfrentar as consequências jurídicas e penais dos atos cometidos. Merecem, por derradeiro, o ostracismo.



**FILIE-SE AO SENGE-SC** 







